

DA “ORDEM UNIDA” AO “ESPÍRITO DE CORPO”: O FEMININO NO DISCURSO POLICIAL MILITAR

Georgia Castro*
Palmira Alvarez**

RESUMO:

A Análise de Discurso de vertente materialista (AD) teve como precursor Michel Pêcheux, se constituindo epistemologicamente como uma teoria não-subjetiva da subjetividade onde o sujeito não é dono do seu dizer, mas é afetado pela ideologia, história e inconsciente. O seu objeto, o discurso, é definido como o efeito de sentido entre os pontos A e B, sendo estes as representações dos sujeitos no discurso a partir da conjunção entre língua e história. Sabendo que o corpo, no campo da AD, é considerado como uma materialidade discursiva, consideramos que ele é objeto de inscrição ideológica e de valores e atributos que contribuem para construção dos processos identitários dos sujeitos, constituindo-os em uma posição ou forma sócio-histórica. Neste sentido, buscamos refletir neste artigo, sobre as formas pelas quais o corpo feminino foi representado e construído discursivamente no discurso policial militar. Para tanto, o corpus escolhido foi uma matéria publicada no Jornal A Tarde, nos anos de 1990, que retratou o início do treinamento das primeiras mulheres a ingressarem nas fileiras da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Buscamos, portanto, pensar os modos pelos quais o corpo feminino foi discursivizado com base nas normas, regras e estética policial militar destacando pela memória discursiva, o papel da historicidade e da concepção de assujeitamento do sujeito, atravessado pela língua e história e interpelado pela ideologia, utilizando-nos assim, das categorias analíticas da AD como aporte teórico metodológico.

Palavras-chave: Mulher. Discurso. Corpo. Policial. Memória.

FROM THE "UNITED ORDER" TO THE "BODY SPIRIT": THE FEMININE IN MILITARY POLICE SPEECH

ABSTRACT:

The materialist Discourse Analysis (AD) was pioneered by Michel Pêcheux, epistemologically constituting a non-subjective theory of subjectivity where the subject is not the owner of his/her speech, but is affected by ideology, history and unconscious. Its object, discourse, is defined as the effect of meaning between points A and B, which are the representations of subjects in the discourse based on the conjunction between language and history. Knowing that the body, in the field of AD, is considered a discursive materiality, we consider that it is the object of ideological inscription and of values and attributes that contribute to the construction of the identity processes of the subjects, constituting them in a socio-social position or form. historic. In this sense, we seek to reflect in this article on the ways in which the female body was represented and constructed discursively in the military police discourse. For this purpose, the chosen corpus was an article published in the Jornal A Tarde, in the 1990s, which portrayed the beginning of the training of the first women to join the ranks of the Military Police of Bahia (PMBA). We seek, therefore, to think about the ways in which the female body was discursive based on norms, rules and military police aesthetics, highlighting, through discursive memory, the role of historicity and the concept of subjecting the subject, crossed by language and history and questioned by ideology, thus using the analytical categories of AD as a theoretical and methodological support.

Keywords: Woman. Speech. Body. Cop. Memory.

DEL "ORDEN UNIDO" AL "ESPÍRITU DEL CUERPO": LO FEMENINO EN EL DISCURSO POLICIAL MILITAR

RESUMEN:

El análisis del discurso desde una perspectiva materialista (DA) fue iniciado por Michel Pêcheux, constituyéndose epistemológicamente como una teoría no subjetiva de la subjetividad donde el sujeto no es dueño de su decir, sino que se ve afectado por la ideología, la historia y el inconsciente. Su objeto, el discurso, se define como el efecto de sentido entre los puntos A y B, que son las representaciones de los sujetos en el discurso a partir de la conjunción entre lenguaje e historia. Sabiendo que el cuerpo, en el campo de la EA, es considerado una materialidad discursiva, consideramos que es objeto de inscripción ideológica y de valores y atributos que contribuyen a la construcción de los procesos identitarios de los sujetos, constituyéndolos en un marco socio-social. -Posición o forma social. Histórica. En este sentido, buscamos reflexionar en este artículo sobre las formas en que el cuerpo femenino fue representado y construido discursivamente en el discurso policial militar. Para ello, el corpus elegido fue un artículo publicado en el Jornal A Tarde, en la década de los noventa, que retrataba el inicio de la formación de las primeras mujeres en incorporarse a las filas de la Policía Militar de Bahía (PMBA). Buscamos, por tanto, reflexionar sobre las formas en las que el cuerpo femenino fue discursivo a partir de normas, reglas y estética policial militar, destacando, a través de la memoria discursiva, el papel de la historicidad y el concepto de sujeto del sujeto, atravesado por el lenguaje y la historia. y cuestionada por la ideología, utilizando así las categorías analíticas de la EA como soporte teórico y metodológico.

Palabras-clave: Mujer. Habla. Cuerpo. Policía. Memoria.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Estudos de Linguagem (PPGEL) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9685-5553>.

E-mail: georgia.castro@yahoo.com.br

** Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e Professora titular do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8440-9772>.

E-mail: pavibheine@gmail.com



1 INTRODUÇÃO: “COMPANHIA FEMININA, EM FORMA!”

“[...] o ideal só se conquista sempre com luta e sem temor/com mulheres na polícia/a paz virá com esplendor/proclamemos, pois com intensidade/ a vitória e a liberdade [...]” (Hino da Polícia Feminina)¹

O presente texto consiste em um breve estudo à luz da AD de vertente pecheutiana, que traz como materialidade discursiva o corpo feminino, especificamente, o do sujeito mulher que se constitui como ou se transforma em policial militar. Utilizamos o vocábulo transformação porque a mulher, ao adentrar em um espaço essencialmente masculino, através do criterioso processo de recrutamento, passa a ser transformada em policial militar, através de normas e regras que passam a seguir e serem incorporadas na sua atividade. Na época da instituição da corporação feminina na polícia militar da Bahia, 28 (vinte e oito) alunas candidatas a sargento e 86 (oitenta e seis) alunas a soldados foram matriculadas nos cursos de formação para internalizarem as rotinas e aprenderem o ofício policial militar.

Observamos que a Polícia Militar da Bahia (PMBA) seguindo as práticas das outras forças policiais pioneiras no ingresso do feminino em suas fileiras, através do decreto n.º 2905, datado de 19 de outubro de 1989, assinado pelo Governador Nilo Coelho, criou a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem). As mulheres ingressaram na caserna, mesmo que recentemente, em um espaço essencialmente demarcado e, neste caso, caberia a elas:

Art 2. [...] executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito e atividades auxiliares na Região Metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo território baiano, especialmente quanto a:

- I - Policiamento Ostensivo Geral, com ênfase à proteção de crianças, mulheres e idosos, orientação de pessoas e prevenção contra ações de ladras e menores, suplementando ou complementando a atuação de policiais militares masculinos;
- II - Policiamento Ostensivo de Trânsito, em locais ou eventos especiais, com base em planejamento elaborado pela respectiva UOp e aprovado pelo Comando de Policiamento da Capital;
- III - Atividades de apoio em operações de defesa civil, assuntos civis e/ou ação cívico-social de interesse da Corporação;
- IV - Participação em solenidades e/ou desfiles cívicos;
- V - Emprego em outras atividades policiais militares a critério do Comandante Geral. (BAHIA, 1989).

Assim, elas executariam o policiamento ostensivo fardado, missão constitucional das polícias militares, mas com um caráter assistencialista e, portanto, voltados para o atendimento de idosos, crianças e mulheres em locais de grande fluxo de pessoas. Neste sentido, voltando-se para a questão corporal, era necessário capacitar o feminino, outrora restrito ao lar e aos filhos. E, essa capacitação, ao se materializar no corpo, revela os espaços sociais e simbólicos nos quais o sujeito mulher policial militar estaria inscrito e filiado.

[1] Hino da Polícia Feminina da Bahia cuja autoria é atribuída, à época, à então Sargento Lilian.

O corpo feminino na caserna ensejou na realização do curso de formação das policiais em separado da tropa. Durante o período formativo, as selecionadas ocuparam as instalações da Vila Policial Militar (VPMB), localizada no Bonfim, bairro da cidade de Salvador. Acredita-se que a formação “[...] não visível aos olhos da tropa, para que a materialidade desse novo sujeito fosse, aos poucos, absorvida [...]” (MOREIRA, 2016, p. 102), era necessária como alternativa para amenizar o impacto da concretude de mulheres sendo transformadas em policiais militares. Sendo assim, nosso objetivo no presente texto é, então, perceber os modos como o corpo feminino foi padronizado, transformando-se em corpo policial militar feminino, constituindo-se em um lugar de produção de discurso, onde se cruzam memória, ideologia e apagamentos, elementos que possibilitaram a materialização de dizeres.

O corpus selecionado foi uma matéria publicada no Jornal *A Tarde intitulada – Mulher começa bem o treinamento na PM*, publicada em 18 maio 1990 (MULHER, 1990), composta de notas que retratam a rotina, a ambientação, a facilidade de adaptação e a estética policial feminina, destacando o cabelo e a maquiagem. O corpo, neste estudo, “[...] entendido como unidade de discurso é, pois, um lugar de discursividade, onde se inscreve a ideologia, onde se materializam sentidos. É esse corpo que nos interessa aqui: [...] o corpo como sentido, corpo como discurso [...]” (ALVAREZ, 2020, p. 79).

A partir do corpus trabalharemos com as condições de produção e as rotinas nas quais as mulheres passam a ser submetidas no curso de formação, a aproximação com os dizeres da formação discursiva policial militar e a conseqüente identificação da forma-sujeito com a contenção da feminilidade expressa no cuidado com o cabelo e na maquiagem. O texto será observado em pequenos excertos, para análise. Para tanto, utilizamos como aporte teórico-metodológico a AD de verve pecheutiana, que concebe “[...] o discurso como um lugar particular que não se prende a nenhuma teoria, mas transita como uma disciplina de entremeio apropriando-se criticamente de conceitos advindos da Psicanálise, do Materialismo Histórico e da Linguística” (REIS, 2018, p. 260).

Os escritos pecheutianos nasceram em um período de efervescência cultural na França, nos idos dos anos 1960. A proposta da então teoria do discurso, fundada por Pêcheux, seria estudar o discurso, definido como efeitos de sentido entre os pontos A e B, sendo A e B as representações do sujeito no discurso (PÊCHEUX, 2002) e não os sujeitos empíricos envolvidos no processo de interação. Assumindo a postura de uma disciplina de entremeio, a teoria materialista do discurso, como também é conhecida a AD, apoia-se na ideia de que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, conceito herdado da releitura althusseriana dos estudos de Karl Marx.

Segundo Althusser (1975, p. 99), a “[...] a ideologia [...] age ou funciona de tal forma que recruta sujeitos entre indivíduos [...], ou transforma os indivíduos em sujeitos [...] por essa operação [...] a que chamamos de interpelação [...]”. A noção de interpelação do sujeito levou Pêcheux a afirmar que a AD se constituiria num esboço de uma análise não subjetiva do sujeito, levando em conta os efeitos de sentido que atravessam a ilusão desse efeito-sujeito. A interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela ideologia que constitui inexoravelmente a subjetividade, afastando-a da ideia de sujeito origem, sujeito intencional, colocando-a na

dimensão do sujeito assujeitado. Assim, na perspectiva discursiva a ideologia é caracterizada como “[...] uma prática e esta prática envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito [...]” (ORLANDI, 2017, p. 87), o que nos interessa especificamente neste trabalho.

O título deste artigo é uma alusão ao componente curricular conhecido no ambiente militar como Ordem Unida, primeira a ser ministrada e de forma intensiva, para familiarizar e internalizar nos recém ingressos as bases para a ordenança do corpo: a hierarquia e a disciplina. Antes das aulas, aprende-se a marchar. Unidade e ordem eram repassadas ao corpo civil a fim de transformá-lo em militar, estratégia também utilizada para o público feminino. Entre os comandos de esquerda e direita volver, em forma, posturas e gritos de guerra, foi iniciado a interiorização desses regimentos nos corpos femininos civis a fim de se obter respostas padronizadas e imediatas e, conseqüentemente, torná-los corpos militares.

2 “MULHERES EM MARCHA”: O ORDENAMENTO DO CORPO

A reportagem cujo título é “Mulher começa bem o treinamento na PM”, aparece em negrito, com fonte maior que a do texto, sendo destaque na página policial. Esse enunciado produz um sentido relacionado à capacidade feminina de realizar treinamentos que exigem força física. Assim, a partir da afirmação de que mulher começa bem tal treinamento, instaura-se uma surpresa pois dentro da formação discursiva patriarcal que concebe a mulher como frágil e incapaz, essa constatação chama a atenção. Há aí um já-lá inscrito no interdiscurso que questiona a capacidade da mulher de ir bem em atividades que exigem força física, ligando-a à ideia de fragilidade. Há portanto um estranhamento que atravessa tal enunciado, indicando que, apesar de não se esperar, a mulher se saiu bem no treinamento.

Esse estranhamento ainda avança quando se pensa no ingresso de mulheres após concurso público, conhecido no ambiente policial militar como processo de recrutamento e seleção, em uma instituição essencialmente masculina e atrelada à virilidade. Pensando que o processo formativo seria “basicamente o mesmo do policial masculino” conforme destaca a matéria, a regra seria o feminino não se adaptar ao trabalho policial em razão da sua suposta fragilidade.

Assim, a reportagem pode remeter, com estranhamento, à facilidade de aprendizado da mulher, materializada nos trechos: “[...] as garotas têm mostrado mais facilidade de aprender do que os homens”, “[...] a mulher assimila mais rápido parte da instrução. Para nós, isso causa surpresa [...]”, “[...] o comandante Melo confirma, dizendo que elas estão superando as expectativas “adaptando-se muito bem à vida militar e demonstrando capacidade superior ao policial masculino” [...]”. Interessante mencionar que, esses excertos da reportagem correspondem a falas atribuídas ao comandante da Cia PM Fem² na época, o Major PM Antônio Melo e demais integrantes dessa Unidade Operacional (UOp), responsáveis pelo processo formativo das primeiras mulheres.

O corpo feminino, então, precisa corresponder às expectativas do treinamento militar que envolve maleabilidade, resistência física, manuseio de arma de fogo e atividades de psicofadiga, treino intenso com testes físicos e psicológicos,

[2] Cabe ressaltar que a Cia PM Fem foi criada em 1990 e extinta 1996, sendo as mulheres distribuídas para as demais Unidades Operacionais da PMBA.

para se tornar um corpo de uma policial militar. Há um trabalho de construção e transformação desse corpo a partir da disciplina e do treino, materializada nos trechos “[...] durante as primeiras semanas no quartel, elas fizeram ordem unida todas as tardes [...]” e “[...] alheias a curiosidade, as alunas desfilam pelas ruas internas da vila, marchando, correndo, alternando posições de sentido com marchas e outras ordens de comando [...]”.

Lembremos Ferreira (2013, p. 78), quando afirma que

[...] Assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é e tampouco o corpo. Se os equívocos da língua irrompem no real da língua, e os equívocos historicizados se materializam na ideologia, podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos – tanto os da língua quanto os da história.

O corpo surge então, para a AD, como relacionado a novas formas de assujeitamento, e portanto, associado à noção de ideologia. Logo, “[...] mais do que objeto teórico o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade [...] lugar do visível e invisível [...]” (FERREIRA, 2013, p. 78). Para analisar os trechos destacados, passamos a descrever as rotinas disciplinares: o curso ocorreu em regime de semi-internato para as alunas advindas do interior do Estado, que correspondiam a 32 (trinta e duas) mulheres, materializado no trecho “parte das alunas – 32, que vieram do interior – está morando na Vila Policial Militar, no prédio destinado a Corporação Feminina”. A rotina começava às 5 horas, em razão da alvorada, para as alojadas. Em geral, conforme descreve a reportagem, a apresentação ocorria às 7h30 e finalizava às 17h30, com duas horas para almoço. As aulas de defesa pessoal e educação física ocorriam de segunda a quinta, sempre às 16h30. Às sextas, as alunas eram liberadas no turno vespertino para resolver demandas pessoais.

Nas primeiras semanas de curso, elas assistiram a palestras ministradas pelos oficiais da Cia PM Fem, nas quais foram apresentadas as regras de convivência básica no quartel. Isso implica dizer que no decorrer desse processo, as aspirantes a soldados e a sargentos, foram direcionadas aos rituais burocráticos de recepção e organização próprios do ambiente policial militar. Vimos que “nos primeiros dias, as alunas se apresentaram e escolheram o nome de guerra – pelo qual serão conhecidas nos meios militares. A maioria optou pelo primeiro nome, mas algumas preferiram, como acontece com os homens, ser chamadas pelo sobrenome”, trecho extraído da reportagem. Contudo,

[...] A nomenclatura individual no militarismo tem por base o nome da família, o sobrenome, tal qual uma nobreza feudal – o sobrenome dos guerreiros. No caso das mulheres, a nomenclatura foi inversa, pois era necessária a distinção e a identificação pelo sexo, pelo corpo, em todas as instâncias. Sobrenomes são masculinos e a documentação precisava traduzir a diferença sexual. Era preciso saber, mesmo que distante do olhar, que se tratava de uma mulher ou de um homem policial (MOREIRA, 2016, p. 108).

Ainda nesse passo, Moreira (2016, p. 107, grifo nosso), alertou que

Se, por um lado o curso de formação dos sujeitos [...] femininos, comparativamente ao dos praças masculinos, mostra-se amenizado, pois protegido, no que diz respeito aos horários, alimentação e limpeza, por outro lado, para as mulheres, foram criadas regras específicas de conduta. [...]. **A normatização do corpo feminino policial aconteceu ao longo do processo concreto da inclusão: o curso de formação e a posterior ocupação no cenário urbano [...].**

Para normatizar esse corpo, o curso de formação recorreu a alguns componentes curriculares. O primeiro deles foi a instrução da Ordem Unida. Segundo o Manual de Campanha C 22-5 (BRASIL, 2000), aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, a Ordem Unida proporciona aos militares os meios para se apresentarem e deslocarem em perfeita ordem, independente das circunstâncias do combate, treina oficiais e graduados para exercerem o comando de tropa, desenvolve sentimento de coesão e obediência, eleva as apresentações militares em paradas com energia e marcialidade, constituindo-se dessa maneira, numa verdadeira escola de disciplina. Nesse diapasão, a Ordem Unida

se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra (BRASIL, 2000, p. 1-3).

O corpo da policial militar, assim como o masculino, tornou-se algo “[...] que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos a posturas, [...] se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 162), impondo-lhes a relação docilidade-utilidade, através do poder disciplinar. A disciplina, segundo Foucault (1997, p. 164), fabrica “[...] corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...]”, que aceitam e obedecem a subordinação hierárquica dentro dessa ritualística, contradizendo a imagem de doçura e submissão característico do que se diz na formação discursiva patriarcal sobre as mulheres.

A imagem abaixo, constante na reportagem em análise, mostra o grupamento feminino em forma, na posição de descansar, no pátio da Vila Policial, sendo revistado pelo comandante ou oficial superior. Dispostas em linha, em frente ao pavilhão, as alunas a sargento e alunas a soldados trajavam calça jeans, camiseta branca, tênis, cinto, uma vez que, seus uniformes estavam sendo confeccionados e se encontravam na semana de adaptação/adestramento que de certa forma, extrapolavam os limites da feminilidade encarceradora.

Imagem 1: Alunas a sargentos e alunas a soldados na Vila Policial Militar



Fonte: Jornal A Tarde – Biblioteca Central (MULHER, 1990)

As disciplinas ministradas no curso de formação das mulheres tiveram o mesmo conteúdo programático aplicado aos homens, e focavam nas técnicas policiais militares, conforme se lê no trecho “[...] O currículo é basicamente o mesmo de policial masculino: técnica policial; armamento e tiro; legislação; direitos humanos; defesa pessoal; psicologia; entre outras matérias”. Todavia, além das disciplinas comuns aos cursos de formação, as alunas policiais tiveram um componente específico: noções de serviço social e direitos do menor, “[...] pelo serviço que prestarão à comunidade feminina, de idosos e menores”, explicação materializada na reportagem. O que rememora perifrasticamente a saberes e práticas “já ditas”, em outro local e momento sobre ser mulher na sociedade, em relação ao espírito maternal de mulheres e à capacidade de cuidar, já-ditos retomados nos moldes utilizados pelas forças policiais pioneiras na inserção do feminino na caserna, vindo ao encontro do ideal para a função de policial feminina.

É necessário perceber que “[...] mais uma vez a língua traz as marcas do funcionamento discursivo, presentes na formação discursiva patriarcal, que coloca os sujeitos “nos seus devidos lugares” [...]” (ALVAREZ, 2020, p. 68), pois a inclusão da disciplina serviço social e direitos do menor mostram que, apesar de terem ingressado no funcionalismo público, especificamente na força policial militar, “[...] a disciplina a que foram submetidas e as avaliações a elas aplicadas não destoavam dos ensinamentos e regramentos que eram destinados aos homens policiais [...]” (MOREIRA, 2016, p. 121), mas, apesar disso, havia uma diferenciação de gêneros, em que as mulheres deveriam ser colocadas em um local específico, realizando tarefas diferentes daquelas realizadas pelos homens e consideradas mais adequadas à sua “natureza feminina”.

Às mulheres caberia, portanto, o policiamento ostensivo voltado ao atendimento de idosos, ladras, mulheres e crianças, reforçado em mais um trecho da notícia, que assim explica “sem prejuízos do trabalho em outras áreas, elas atuarão em locais de fluxo turístico, em ocorrências policiais envolvendo menores ou mulheres no trânsito”. Os sentidos que circulam nesse espaço, nos leva a enxergar que “[...] o trabalho feminino remonta ao seu sentido derivado da formação discursiva patriarcal: é discursivizado como sendo uma extensão do “trabalho maternal”. Há aí um sentido naturalizado pelo funcionamento da

ideologia: o trabalho feminino tem que ser o doméstico [...]” (ALVAREZ, 2020, p. 69), retomando o discurso maternalista. A mulher passa a ocupar outros espaços, mas trazendo aquilo visto como atribuições próprias da construção das mulheres, o cuidado doméstico e a maternagem, sua vocação natural (BEAUVOIR, 2009), a capacidade de acolher e oferecer um tratamento mais lano.

Por outro lado, a FD policial militar evoca o discurso científico materializado nos textos das defensoras do policiamento feminino, Esther Figueiredo Ferraz, Hilda Macedo e Maria Luísa Pedroso, basilares para a criação da Polícia Feminina em São Paulo, no ano de 1955. Defendiam que o feminino seria o ideal para assistir os declarados crianças, idosos e outras mulheres, inclusive aquelas de comportamentos desviantes da feminilidade idealizada, aproximando-se do discurso das sufragistas. De qualquer sorte, esclarece Moreira (2017, p. 91),

[...] ao defenderem feminilizar/maternalizar um dos espaços construtores e reprodutores da masculinidade viril – a atividade policial militar-, as justificativas de inclusão de mulheres na Polícia, por essas mulheres elaboradas, deslocaram e embaralharam as delimitações simbólicas entre masculino e feminino.

A presença de mulheres na instituição Polícia Militar foi marcada por atividades viris, mesmo que designadas às funções assistenciais, não poderia deixar dúvidas quanto aos aspectos heteronormativos. Isso porque, para concretizar a transformação das alunas policiais em militares, era/foi necessário submeter o corpo feminino às técnicas policiais para que as aprendessem, aos movimentos da Ordem Unida, militarizando seus gestos, aperfeiçoando “o já sabido”, com as noções de serviço social e as regras militares, em especial, as características específicas à dita feminilidade (MOREIRA, 2017), a exemplo do estilo de cabelo, unhas e maquiagem, aspectos que abordaremos no tópico a seguir.

3 SOB OS OLHOS DO QUARTEL E DA IMPRENSA: PELOTÃO DE MULHERES POLICIAIS EM REVISTA – PADRONIZAÇÃO ESTÉTICA

Os corpos marcados pelos efeitos da hierarquia e disciplina, passam a ter seus gestos e comportamento manipulados. E, neste processo de inscrição na forma-sujeito mulher policial militar, embora incorpore traços guerreiros, tende a exigir desse sujeito mulher maior atenção ao uso de maquiagem e discríção na escolha dos brincos, esmaltes e disposição do cabelo, mantendo-se “[...] “femininas” e ao mesmo tempo preparadas para o exercício da atividade policial sem se “masculinizarem”, as policiais contribuiriam [...] para a humanização da imagem da PM [...]” (SOUZA, 2015, p. 10).

Esse processo começaria no período de adaptação, alocando-os na condição de “bichos” (CASTRO, 2004). O vocábulo, segundo o antropólogo, designaria os alunos iniciantes dos cursos de formação de policiais e que, curiosamente, pode ter originado o termo “bichoforme”, para definir o uniforme peculiar utilizado pelos recrutas, novatos ou neófitos nesse meio, ou seja, a calça jeans, tênis e camiseta branca. Essa prática, comum na caserna, é silenciada na reportagem, que apenas traz o seguinte trecho “[...] o uniforme provisório – jeans e camiseta – será usado até o final deste mês. É o prazo para que os novos uniformes estejam prontos. A demora na entrega se deve a algumas adaptações, como a produção de coturnos em formas menores”, conforme se vê na imagem abaixo:

Imagem 2 - Alunas em aula no auditório

Fonte: Jornal A Tarde – Biblioteca Central (MULHER, 1990)

Na imagem, também disposta na reportagem, se observa uma aluna militar, em postura ereta, na posição de descansar, olhar firme no horizonte, comportamentos militarizados internalizados, com vestimentas que não erotizam seu corpo nem valorizam suas curvas. Outro detalhe importante, refere-se à padronização dos cabelos, unhas e maquiagem, pela Instituição através do curso formativo. A materialidade analisada, descreve que “a regra básica para o cabelo é: quem tem curto, desde que não cubra a gola da blusa, pode mantê-lo solto. As que tiverem cabelo abaixo do ombro, se não quiserem cortá-lo, deverão usar uma trança embutida ou coque”, requerendo uma disciplinarização dos cabelos que, antes de tudo, são elementos de sentido. A normatização do cabelo indica a adequação do corpo à disciplina militar, a inserção desse sujeito-mulher nos moldes da hierarquia e uniformização, portanto, o cabelo é elemento que significa.

Segundo Moreira (2016, p. 112)

[...] Para os militares, raspar ou manter os cabelos curtos é tanto uma questão de higiene quanto de disciplina, pautada na necessidade de homogeneização, tal qual a disciplina carcerária que ordena as aparências através do controle das cabeleiras. Um olhar que define, para as mulheres, o cabelo “é o sinal mais visível da feminilidade”; a virilidade se proclama através dos cabelos curto ou raspados.

Além da homogeneização da tropa feminina, a preocupação em conter os cabelos nos remota já-ditos da formação discursiva patriarcal na qual, pregava que entre os séculos XV a XIX, em público, “[...] os cabelos femininos raramente apareciam soltos, na maioria das vezes estavam presos. Somente eram soltos, na intimidade do lar, para o marido, ou no quarto antes de dormir” (PERROT, 2007, p. 56), pois “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado” (PERROT, 2007, p. 56) e, portanto, deveriam ser presos em coque, ser controlados, amarrados. Ao mesmo tempo, aparecem as marcas de construção de sentidos quando a Instituição autoriza as mulheres a usarem um corte de cabelo curto, conforme imagem também extraída da materialidade discursiva analisada, oscilando entre a emancipação feminina e o patriarcado.

Imagem 3 - Aluna em entrevista

Fonte: Jornal A Tarde – Biblioteca Central (MULHER, 1990)

Além da padronização dos cabelos, o uso de acessórios também foi normatizado. Elas apenas poderiam usar “brinco sem pingente, relógio e aliança ou anel de formatura” quando fardadas, trecho da reportagem, que permite circular sentidos de que no quartel a feminilidade era controlada, algo que perdura nos tempos atuais, parametrizado em portaria que versa sobre o padrão estético para apresentação pessoal, tanto masculino quanto feminino³. Os brincos deveriam ser pequenos, não ultrapassando o lóbulo da orelha, apenas um anel e um relógio de pulso. Maquiagens extravagantes eram terminantemente proibidas e o tamanho das unhas não poderia ultrapassar a falange distal.

Nesse espaço, não se fala em estética feminina, enquanto definição de padrões de beleza. As condições de produção dessa análise, nos levaram para um ambiente marcado pela virilidade, onde a entrada do feminino cujo corpo “[...] é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes, roubado [...]” (PERROT, 2007, p. 74), passa a ser idealizada e padronizada para aquele ambiente, ou seja, a feminilidade é valorizada, mas de forma controlada. Percebendo o atravessamento do interdiscurso, ressaltamos que “[...] o discurso que definiu as atividades da polícia feminina existia em outros espaços sociais e estava inscrito em corpos de mulheres que, para serem reconhecidas, precisavam assumir o discurso institucional [...]” (SCHACTAE, 2016, p. 95), portanto, que remetem a já-ditos.

[3]Portaria n.º 001-CG/2017, facilmente encontrada no site de pesquisa Google. Os regramentos estéticos, ainda permanecessem, apenas com algumas ressalvas. Cabelos soltos, somente com tamanho que não ultrapasse a gola da camisa. Trança ou rabo de cavalo somente é permitido, quando se utiliza uniforme para realização de práticas desportivas. Quanto aos esmaltes, os tons em vermelho e francesinha passam a ser liberados e são reforçados os tons que não contrastem com a pele.

No trecho “os adereços ainda são muitos também, mas todas demonstram estar dispostas a entrar no esquema”, materializa que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do (sujeito) com a formação discursiva que o domina [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 150). As alunas policiais em fase de aprendizado das regras corpóreo-ideológicas da caserna, passam a se identificar com a formação discursiva dominante, no caso a policial militar, estando dispostas a “entrar no esquema”. Lembremos que esse processo foi definido por Pêcheux (2014, p. 199) como a primeira modalidade de subjetivação da forma-sujeito que “[...] consiste numa superposição (um recobrimento) entre sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que “a tomada de decisão” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de “livre consentido” [...]”.

4 COMPANHIA, AVANTE! MULHERES NAS RUAS – CONCLUSÕES

As armas e as fardas já não pertencem exclusivamente aos homens. Esses símbolos, identificadores da virilidade, foram cedidos às mulheres que se tornaram policiais militares. Contudo, para que este processo de fato ocorresse, foi necessário a criação de uma Companhia Feminina, um espaço socialmente demarcado com atividades específicas que delimitavam as fronteiras entre feminino e masculino e a forja dos seus corpos.

Para compreender de que maneira ocorreu a construção desse corpo, aqui entendido como materialidade discursiva, escolhemos como corpus de análise uma reportagem publicada no jornal A Tarde, nos anos de 1990, que retratava o início do treinamento das primeiras policiais militares do estado da Bahia. Observamos que, o corpo dessas mulheres foi construído e modelado através do poder disciplinar, termo tomado de empréstimo dos estudos de Foucault, no curso de formação.

Conforme destaca a materialidade, às mulheres foram ofertados os mesmos componentes curriculares utilizados na formação dos homens. Todavia, existia um elemento pedagógico diferenciador: a matéria noções de serviço social e direitos do menor. Este aspecto, permite deslizar sentidos, sobre o papel e atribuições do feminino na caserna, cujas responsabilidades estariam atreladas ao cuidado de idosos, mulheres e crianças. Em outras palavras, o cuidado, a proteção e a informação definiam o feminino.

Atrelado a isto, o cabelo e o uso de adereços também foram padronizados. Os símbolos da feminilidade deveriam ser contidos, mas, ao mesmo tempo, deveriam ser usados para não “tornar os corpos femininos masculinizados”. Não por acaso, o uso discreto de joias como brincos e anéis, maquiagem discreta, unhas curtas, cabelos presos em coques ou curtos, evidenciam a sua condição de mulheres, sem comprometer a honra da farda, já que a feminilidade era externalizada sem exageros, conforme nos alertou Souza (2015), caracterizando-as como agentes de segurança pública.

A materialidade analisada ainda revelou que, a partir do controle do corpo, a Instituição policial moldou os comportamentos das mulheres ingressas, definiu os valores a serem incorporados e as interdições, estabelecendo “o que poderia ou deveria ser dito”, evidenciando os saberes da formação discursiva (FD) militar.

A FD militar, a qual se inscreveram, marcou o corpo da mulher policial e construiu sua imagem pautada em regras e parâmetros que incidiram sobre o seu comportamento, como uso de batom, maquiagem/maquilagem, brincos, bolsas, aspectos que demarcam a posição-sujeito de mulheres na/da segurança pública. São corpos marcados e/ou forjados na hierarquia e disciplina, valorizados a partir da dimensão materna e do cuidado.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Palmira Heine. **Mulheres em Revista**: a discursivização da mulher na revista jornal das moças da década de 1950. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1975.

BAHIA. **Decreto Estadual n.º 2.905**, de 19 de outubro de 1989. Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Feminina no Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-2905-de-19-de-outubro-de-1989>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MANUAL DE CAMPANHA C 20-10 - **Liderança Militar**. Estado-Maior do Exército. 2. ed. 2011.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Manual de Campanha C 22-5 – ORDEM UNIDA**. 3. ed. 2000. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/Manual%20de%20Ordem%20Unida%20-%20C%2022-5.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O corpo como materialidade discursiva**. REDISCO, n. 1, p. 77-82. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236654571.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MULHER começa bem o treinamento da PM. **A Tarde**, Salvador, 18 maio 1990.

MOREIRA, Rosemeri. **Entre o mito e a modernidade**: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias**: Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964). Guarapuava: Editora Unicentro, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 2002.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **A arma e a saia**: definindo a atividade policial feminina e reconstituindo diferenças de gênero. O público e o privado, n. 28, p. 91-109. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2136>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SOUZA, Marcos Santana. **O batom como “arma”**: identidade e usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>. Acesso em: 09 abr. 2021].

Artigo recebido em: 30 ago. 2021. | Artigo aprovado em: 19 nov. 2021.